



**PASSIVOS AMBIENTAIS: REPERCUSSÃO AMBIENTAL DO PETRÓLEO
BRASILEIRO E SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

ENVIRONMENTAL LIABILITIES: ENVIRONMENTAL REPERCUSSION OF
BRAZILIAN OIL AND ITS FINANCIAL STATEMENTS

PASIVOS AMBIENTALES: REPERCUSIÓN AMBIENTAL DEL PETRÓLEO
BRASILEÑO Y SUS ESTADOS FINANCIEROS

Juliana Almeida de Moura

Kaifas da Silva Pereira

RESUMO

Neste trabalho foi feito o estudo da Petrobras devido os inúmeros acidentes ocorridos com ela no qual ocasionaram vários danos ambientais em que na maioria das vezes foram consequências irreparáveis ao meio ambiente a população e também para a empresa.

Reflete-se que a combinação das informações ambientais nos relatórios de contabilidade está cada vez mais frequente, assim como sua disseminação, para que seus usuários sejam eles gestores, sócios entre outros avaliem o compromisso da empresa com a causa social.

Como pode ser visto em muitos casos ocorridos há uma grande dificuldade de avaliar as consequências de acidentes com as empresas petrolíferas, pois atingem áreas enormes em que seus danos são prolongados por anos, podendo ser comparado ao desempenho econômico – financeiro da empresa, sendo necessário o desembolso.

Nesse cenário, o objetivo deste artigo é tratar dos passivos ambientais gerados pelas petrolíferas brasileiras buscando o entendimento de como e quando contabilizar esses passivos em acidentes ocorridos fazendo uma análise dos impactos ambientais e econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Petrobras, Meio Ambiente, Acidentes, Petrolíferas e Impactos.

ABSTRACT

In this work, the study of Petrobras was made due to the numerous accidents that occurred with it, which caused several environmental damages in which, in most cases, they were irreparable consequences for the environment, the population and also for the company.

It is reflected that the combination of environmental information in accounting reports is increasingly frequent, as well as its dissemination, so that its users, whether they are managers, partners, among others, can assess the company's commitment to the social cause.

As can be seen in many cases, there is great difficulty in assessing the consequences of accidents with oil companies, as they affect huge areas where their damage is prolonged for years, which

can be compared to the economic and financial performance of the company, requiring the disbursement.

In this scenario, the objective of this article is to deal with the environmental liabilities generated by Brazilian oil companies, seeking to understand how and when to account for these liabilities in accidents that occurred, making an analysis of the environmental and economic impacts.

KEYWORDS: Petrobras, Environment, Accidents, Oil companies and Impacts.

INTRODUÇÃO

Foi feito o estudo da Petrobras devido os inúmeros acidentes ocorridos com ela no qual ocasionaram vários danos ambientais em que na maioria das vezes foram consequências irreparáveis ao meio ambiente a população e também para a empresa.

O conceito de proteção da natureza para muitos já é considerado um dever de todos, mas ainda e necessária a atenção para este assunto. Dentro do conceito das responsabilidades sociais das empresas está embutida a prevenção de danos à natureza, contudo muitas empresas já adotaram este compromisso.

Ao explorar os recursos minerais pode ser que haja inúmeras mudanças no espaço geográfico. Nesse cenário a exploração do petróleo em escala comercial se torna uma das atividades mais impactantes com maior transformação no meio ambiente.

Reflete-se que a combinação das informações ambientais nos relatórios de contabilidade está cada vez mais frequente, assim como sua disseminação, para que seus usuários sejam eles gestores, sócios entre outros avaliem o compromisso da empresa com a causa social.

Como pode ser visto em muitos casos ocorridos há uma grande dificuldade de avaliar as consequências de acidentes com as empresas petrolíferas, pois atingem áreas enormes em que seus danos são prolongados por anos, podendo ser comparado ao desempenho econômico – financeiro da empresa, sendo necessário o desembolso.

No Brasil as atividades de exploração petrolífera aglomeram-se principalmente nas áreas litorâneas. As atividades petrolíferas trazem consigo inúmeros benefícios, mas não podemos deixar de falar de seus malefícios e consequências com relação ao meio ambiente. Nesse cenário, o objetivo deste artigo é tratar dos passivos ambientais gerados pelas petrolíferas brasileiras buscando o entendimento de como e quando contabilizar esses passivos em acidentes ocorridos fazendo uma análise dos impactos ambientais e econômicos.

DESENVOLVIMENTO

O espaço litorâneo é caracterizado por uma diversidade de atividades vinculadas a vários tipos de usos, como o comercial, o agrícola, o portuário, o de cunho industrial, usos relacionados a transporte, o turístico, à exploração petrolífera que faz reunir uma grande concentração populacional.

Identificado pela concentração de vários usos a maior ocupação de assentamentos humanos e várias infraestruturas, as áreas litorâneas sempre foram caracterizadas por inúmeros processos de industrialização acelerada, urbanização desordenada e crescimento turístico desenfreado, onde as políticas de desenvolvimento empegadas geralmente não são conectados a construção de uma integração ambiental.

Como fruto de um rápido e intenso processo de ocupação na área litorânea, estão localizados empreendimentos e equipamentos turísticos e urbanos com grande peso no desenvolvimento populacional como petrolíferas em que segundo Piquet (2007) promovesse geração de emprego e rendas no país constituindo-se como modificadora do espaço.

No tocante às transformações advindas no espaço, Herculano (2010, p.20) enfatiza alguns impactos positivos e negativos proveniente da atividade petrolífera:

As atividades de prospecção e de exploração petrolíferas são sabidamente altamente impactantes, positiva e negativamente: geram recursos de vulto e passivos ambientais de difícil mitigação. Ampliam e diversificam o mercado de trabalho, sendo fator de atração de migrações que irão pressionar por políticas públicas. Sua lógica de localização não vem de escolhas políticas, mas das condições geofísicas, inserindo-se muito frequentemente em municipalidades pobres e desiguais, onde são recebidos com as mais altas expectativas de trazerem o desenvolvimento, o bem-estar e a superação do quadro de desigualdades (HERCULANO, 2010, p. 20).

Se referindo as várias instalações e a grande intensidade da produção, a atividade petrolífera, por aglomerar vários equipamentos produtivos e energéticos, faz predominar a intensificação dos pontos de fragilidade de vários sistemas naturais.

CONTABILIDADE AMBIENTAL

Durante um longo período os empresários evitaram investir nas áreas ambientais, por imaginar que essas aplicações minimizariam os lucros. Nos dias atuais, este ponto de vista mudou e observa-se que o não investimento nessa área pode comprometer o futuro

da empresa. Ribeiro (2006, p.45) considera a Contabilidade Ambiental não como uma nova contabilidade, mas uma continuação da tradicional “e tem como objetivo principal identificar, mensurar, registrar e divulgar os eventos e transações econômico-financeiros relacionados a preservação e recuperação ambiental “esta continuação visa “a evidenciação da situação patrimonial da entidade e seu desempenho durante o período. “

Sendo assim se torna ainda mais importante obter e evidenciar as informações de forma objetiva e clara sobre a postura ambiental adotada pelas companhias. Quando as empresas possuem passivos ambientais e os mesmos não se encontram identificados, poder ser que comprometa sua manutenção e provoque grandes prejuízo aos envolvidos, pois estes não possuam as informações necessárias para a avaliação da situação que a empresa se encontra, comprometendo o julgamento ao realizar análises com fins de fazer novos investimentos.

PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Visando a proteção do meio ambiente a lei 6.938 de 1981 introduziu a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta lei estabeleceu os princípios, instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e que está relacionada a avaliação de impactos ambientais, que foi regulamentada pela Resolução nº01/86 do Conama e autenticada pela Resolução 237/97 do mesmo órgão.

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira carta brasileira a tratar do assunto de forma explícita, e é reconhecida como uma das mais desenvolvidas em colocação com os textos de outros países e as leis classificadas mais pertinentes para a proteção do meio ambiente no Brasil, segundo Jucovsky (2002), são:

- Decreto nº3.179, de 21 de setembro de 1999, que se trata das sanções penais e administrativas quanto as condutas e atividades lesivas ao ambiente.
- A lei 8.078/90 – O Código do consumidor, que fez com que a lei da Ação Civil Pública começasse a ser utilizada para a adjutório dos interesses coletivos dos consumidores do meio ambiente.
- Decreto-lei 1.413/75, sobre o controle da poluição do meio ambiente causada por atividades industriais, em seu artigo 1º institui que as indústrias devem adotar condições para “prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente”.

- Constituição Federal de 1.988.
- Lei 9.605/98 – A Lei dos Crimes Ambientais, que trata dos crimes e infrações administrativas ambientais.
- Lei 7.347/85 – Lei da Ação Civil Pública.
- Lei 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

PETROBRAS – ACIDENTES OCORRIDOS NOS ANOS 2000

Em 18 de janeiro de 2000 ocorreu um vazamento de óleo combustível consequente do rompimento de um dos nove oleodutos que ligam a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) ao terminal da Petrobrás da Ilha D'Água na região da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro) e que vazou 1.292 mil litros de óleo, equivalentes a 8.000 barris. Os gastos decorrentes foram de aproximadamente R\$103,7 milhões com trabalhos de contenção do óleo, compensações, recuperação das áreas afetadas incluindo a multa no valor de R\$ 35 milhões para o fundo de proteção da Baía de Guanabara mantido pelo governo federal.

Outro acontecimento em julho do mesmo ano de 2000 foi o vazamento de 4 milhões de litros de óleo em Araucária (Paraná) com um prejuízo estimado em R\$ 242 milhões incluso as multas aplicadas pelo Instituto Ambiental do Paraná e Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O vazamento de mais de 86 mil litros de petróleo marcou o dia 04 de novembro de 2000 na cidade de São Sebastiao – SP onde o navio Vergina II colidiu com o píer Sul do Terminal Almirante Barroso (DTCS) sendo gastos R\$ 50 milhões de multas aplicadas pela Agência Ambiental de São Paulo (CETESB).

REINCIDENTES OCORRIDOS EM 2001

Devido a reincidência em 16 de fevereiro de 2001 em que devido um rompimento de um oleoduto em Morretes-Paraná no qual foi registrado o vazamento de 50 mil litros de óleo a empresa foi multada em R\$ 3,7 bilhões por danos ambientais.

O dia 15 de março de 2001 foi marcado pelo vazamento de 1.200 metros cúbicos de óleo diesel e 300 metros cúbicos de petróleo que culminou com o afundamento da

plataforma parcialmente submersa localizada em Campo de Roncador- RJ. Como nos outros casos a empresa foi multada em R\$ 7 milhões pelo IBAMA.

Em outubro a petrolífera da cidade de Paranaguá – PR foi multada pelo IBAMA e Capitania dos Portos em R\$ 55 milhões pelo derramamento de 392 mil litros de nafta, ocasionada pela colisão do navio Norma da Transpetro com uma pedra, à saída do porto.

ANÁLISE DOS IMPACTOS

Foi realizada uma simulação evidenciando os fatores ambientais que estão refletidos na demonstração contábil – balanço patrimonial apresentadas pela Petrobrás, relativo aos exercícios sociais dos anos de 1999, 2000 e 2001, na forma controladora, em milhares de reais possibilitando observar os procedimentos que referem a esta área e das suas aplicações.

BALANÇO PATRIMONIAL	1999	2000	2001
ATIVO			
Total do Circulante	12.341.975	21.356.808	27.707.412
Total do RLP	17.648.958	46.918.902	16.672.103
PERMANENTE			
Investimentos	8.647.282	9.699.140	8.494.179
Imobilizado	15.268.398	16.507.881	18.698.732
Programa de Excelência Ambiental		550.000	1.400.000
Projetos de Desempenho Ambiental	189.000		
Diferido	424.644	535.756	310.392
Total do Permanente	24.340.324	26.742.777	27.503.303
TOTAL DO ATIVO	54.331.257	65.018.487	71.882.818

Os investimentos no programa de excelência ambiental em 2000 e 2001, são os respectivos ao Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pégaso) permanentes das demonstrações contábeis dos determinados períodos.

Referente a demonstração contábil referente ao passivo temos:

PASSIVO E	1999	2000	2001
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do Passivo Circulante	19.948.109	23.066.010	25.778.390
Total do Exigível a Longo Prazo	16.724.785	19.626.500	20.279.936
Provisão Ambiental		2.932.907	3.886.080
Multas		225.000	186.080
Indenizações		2.707.907	3.700.00
Total do Patrimônio Líquido	17.658.363	22.325.977	25.824.492
TOTAL DO PASSIVO	54.331.257	65.018.487	71.882.818

Nesta demonstração podemos observar que no Passivo Exigível a Longo Prazo ocorreu um aumento sendo no ano de 2000 era de -17,57% em 2001 foi para -23,70%. Já no Patrimônio Líquido ocorreu uma redução de -11,61% no ano de 2000 para -13,08% no ano de 2001. No Lucro do Exercício ocorreu uma redução de -28,87% no ano de 2000 para -37,75% no ano de 2001.

Com tudo pode-se observar que os impactos ambientais mencionados persuadiram a situação patrimonial da Companhia e seus resultados.

CONCLUSÃO

Neste artigo conclui-se que a proteção da natureza é considerado um dever de todos e na exploração de petróleo não é diferente, por ser uma das atividades que mais impactam no meio ambiente.

Neste trabalho foi feita a análise dos impactos ambientais causados pelas indústrias petrolíferas brasileiras. Foram demonstrados os passivos ambientais gerados pelas petrolíferas

brasileiras buscando o entendimento de como e quando contabilizar esses passivos em acidentes ocorridos fazendo uma análise dos impactos ambientais e econômicos.

Foi relatado a importância de obter e evidenciar as informações de forma objetiva e clara sobre a postura ambiental adotada pelas companhias em seus passivos ambientais. E, contudo, visando a proteção ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

SANTOS LINS, Luiz. **Planejamento ambiental**. Universidade federal do Rio de Janeiro, publicado em COPPE/UFRJ p. (51-58), outubro,2007.

BERTOLI E RIBIERO, Ana e Maisa. **Estudo de caso da petroleo brasileiro S.A.** Contabilidade Social e Ambiental, p. (125 a 131), junho, 2006.

BINSZTOK, Jacob. **Passivos ambientais da Petrobras no estado do Rio de Janeiro**.

EXTRA CLASSE, publicado em <<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2021/12/passivos-ambientais-da-petrobras-no-estado-do-rio-de-janeiro/>>, acesso em 01 outubro de 2022, dezembro, 2021.

GALDINO, SANTOS, PINHEIRO, JÚNIOR, RAMOS, CARLOS, ESMERALDO, JOSÉ, SÉRGIO, RUBENS. **Passivo ambiental**: revisão teórica de custos na indústria do petróleo. Revista ProDução, publicado em < <https://prod.org.br/article/10.1590/S0103-65132004000100006/pdf/1574685864-14-1-54.pdf>>, acesso em 03 de outubro de 2022 p. (55-62),2004.